

## Reconhecer, redistribuir e reduzir: a contribuição da economia do cuidado para o PIB colombiano

**Recognize, Redistribute and Reduce: The Contribution of the Care Economy to Colombia's GDP**  
**Reconocer, redistribuir y reducir: la contribución de la economía del cuidado al PIB colombiano**

Grupo temático 07 - Gestão social, poder local e desenvolvimento territorial

Mileide Cristina de Moura Melo – (FUNDACE/USP)

### RESUMO

Este artigo analisa a contribuição da Conta Satélite da Economia do Cuidado (CSEC) da Colômbia para a mensuração do valor econômico do trabalho doméstico e de cuidado não remunerado (TDCnR) e para a formulação de políticas públicas de reconhecimento, redistribuição e redução das atividades que o compreendem e são, majoritariamente, realizadas por mulheres. A pesquisa possui caráter descritivo e exploratório, baseado na revisão narrativa da literatura de Estudos do Cuidado, Teorias da Reprodução Social e Economia Feminista, bem como na análise documental da Lei nº 1.413/2010, dos relatórios semestrais de implementação produzidos pelo Departamento Administrativo Nacional de Estatística (DANE) e dos documentos produzidos por organizações internacionais sobre o Sistema Distrital de Cuidados de Bogotá, que implementou em nível local o Sistema Nacional de Cuidados do país. Argumenta-se que a institucionalização da CSEC tornou visível a contribuição econômica do cuidado para o PIB colombiano e funcionou como o conjunto de evidências necessárias à formulação de políticas de reconhecimento, redistribuição e redução do trabalho de cuidado não remunerado, conforme previsto nas convenções internacionais de direitos humanos das quais a Colômbia – e o Brasil – são signatários. O caso colombiano evidencia a importância da articulação entre produção de evidências em nível nacional e implementação de políticas públicas em nível local, destacando o papel chave dos governos distrital e local, bem como a viabilidade de estruturar sistemas de cuidado aproveitando seus equipamentos públicos previamente existentes nos territórios. Ao final, o artigo discute o caráter pedagógico dessa experiência para o Brasil, especialmente no atual contexto de implementação da Política Nacional de Cuidados, destacando os desafios impostos pelo nosso pacto federativo e o papel dos municípios na concretização da política nos territórios. **Palavras-chave:** Economia do Cuidado; Sistema Nacional de Cuidados, Conta Satélite de Economia do Cuidado.

### ABSTRACT

This article analyzes the contribution of Colombia's Satellite Account of the Care Economy (CSEC) to measuring the economic value of unpaid domestic and care work (UDCW) and to the formulation of public policies aimed at recognizing, redistributing, and reducing the activities it comprises, which are predominantly performed by women. The research is descriptive and exploratory in nature, based on a narrative review of the literature on Care Studies, Social Reproduction Theories, and Feminist Economics, as well as on documentary analysis of Law No. 1,413/2010, the semiannual implementation reports produced by the National Administrative Department of Statistics (DANE), and documents produced by international organizations on Bogotá's District Care System, which implemented the country's National Care System at the local level. The article argues that the institutionalization of the CSEC made the economic contribution of care to Colombia's GDP visible and served as the body of evidence needed to formulate policies for the recognition, redistribution, and reduction of unpaid care work, as provided for in the international human rights conventions to which Colombia – and Brazil – are signatories. The Colombian case highlights the importance of linking evidence production at the national level with the implementation of public policies at the local level, emphasizing the key role of district and local governments, as well as the feasibility of structuring care systems by leveraging existing public facilities in local territories. Finally, the article discusses the pedagogical value of this experience for Brazil, especially in the current context of implementing the National Care Policy, highlighting the challenges posed by Brazil's federative pact and the role of municipalities in translating the policy into practice across territories.

**Keywords:** Care Economy; National Care System; Care Economy Satellite Account.

### RESUMEN

Este artículo analiza la contribución de la Cuenta Satélite de la Economía del Cuidado (CSEC) de Colombia a la medición del valor económico del trabajo doméstico y de cuidado no remunerado (TDCnR), así como a la formulación de políticas públicas de reconocimiento, redistribución y reducción de las actividades que este



## ARTIGO

comprende y que son realizadas mayoritariamente por mujeres. La investigación tiene un carácter descriptivo y exploratorio, basado en la revisión narrativa de la literatura sobre Estudios del Cuidado, Teorías de la Reproducción Social y Economía Feminista, así como en el análisis documental de la Ley n.º 1.413/2010, de los informes semestrales de implementación elaborados por el Departamento Administrativo Nacional de Estadística (DANE) y de los documentos producidos por organizaciones internacionales sobre el Sistema Distrital de Cuidados de Bogotá, que implementó a nivel local el Sistema Nacional de Cuidados del país. Se argumenta que la institucionalización de la CSEC hizo visible la contribución económica del cuidado al PIB colombiano y funcionó como el conjunto de evidencias necesario para la formulación de políticas de reconocimiento, redistribución y reducción del trabajo de cuidado no remunerado, conforme a lo previsto en las convenciones internacionales de derechos humanos de las cuales Colombia – y Brasil – son signatarios. El caso colombiano evidencia la importancia de la articulación entre la producción de evidencias a nivel nacional y la implementación de políticas públicas a nivel local, destacando el papel clave de los gobiernos distrital y local, así como la viabilidad de estructurar sistemas de cuidado aprovechando los equipamientos públicos previamente existentes en los territorios. Por último, el artículo discute el carácter pedagógico de esta experiencia para Brasil, especialmente en el contexto actual de implementación de la Política Nacional de Cuidados, destacando los desafíos impuestos por nuestro pacto federativo y el papel de los municipios en la concreción de la política en los territorios.

**Palabras clave:** Economía del Cuidado; Sistema Nacional de Cuidados; Cuenta Satélite de la Economía del Cuidado.

## Introdução

Nas últimas décadas, a *economia do cuidado* ganhou crescente relevância no debate acadêmico das Ciências Sociais e nos espaços de formulação de políticas públicas. Embora historicamente invisibilizadas pelas estatísticas e pelas análises tradicionais da Ciência Econômica, as atividades domésticas e de cuidado não remunerado desempenham papel fundamental na reprodução da vida social e na sustentação das economias contemporâneas. Tarefas como preparar alimentos, limpar e organizar o lar, cuidar de crianças, idosos, pessoas com deficiência e outros membros da família são indispensáveis à manutenção da força de trabalho e ao funcionamento das sociedades.

A exclusão dessas atividades das métricas econômicas produz importantes distorções analíticas, pois oculta tanto sua contribuição para o PIB quanto as desigualdades de gênero associadas à divisão sexual do trabalho. Uma vez que são desproporcionalmente desempenhadas por mulheres ao redor do globo, a invisibilização das tarefas do cuidado contribui significativamente com a reprodução de desigualdades econômicas, sociais e políticas com viés de gênero. Nesse contexto, a mensuração do Trabalho Doméstico de Cuidado não Remunerado (TDCnR) passou a ser compreendida como instrumento estratégico para ampliar o conhecimento sobre a organização social do cuidado e subsidiar a formulação de políticas públicas de igualdade de gênero.

A partir da década de 1990, organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) passaram a incentivar os países a desenvolverem metodologias estatísticas capazes de mensurar o TDCnR, como o primeiro passo para rever a distribuição da responsabilidade por essas atividades. Entre os instrumentos desenvolvidos, destacam-se as pesquisas de uso do tempo e as contas satélites de economia do cuidado, que permitem ampliar a capacidade analítica dos sistemas nacionais de contas ao incorporar atividades tradicionalmente excluídas das estatísticas econômicas convencionais.

Na América Latina, a Colômbia se tornou uma das principais referências nesse campo ao criar, por meio da Lei nº 1.413/2010, a Conta Satélite da Economia do Cuidado (CSEC). A legislação determinou a inclusão da economia do cuidado no Sistema de Contas Nacionais (SCN) e atribuiu ao Departamento Administrativo Nacional de Estatística (DANE) a responsabilidade de produzir dados periódicos sobre o trabalho doméstico e de cuidado não remunerado. Desde então, a aplicação da Entrevista Nacional de Uso do Tempo (ENUT) e a produção de relatórios periódicos permitiram estimar o valor econômico dessas atividades e evidenciar sua relevância para a economia do país.

Mais do que produzir e sistematizar dados, a institucionalização da CSEC contribuiu para consolidar uma base informacional capaz de orientar o desenho de políticas públicas voltadas à reorganização social do cuidado. Um dos desdobramentos mais significativos desse processo foi a criação do Sistema Distrital de Cuidados (SDC) de Bogotá, política pública implementada no âmbito do governo da capital colombiana com o objetivo de ampliar



## ARTIGO

a oferta de serviços de cuidado, reduzir a sobrecarga de trabalho das mulheres e promover maior corresponsabilidade social na provisão dessas atividades.

A experiência colombiana é particularmente relevante porque evidencia a relação entre produção de evidências em nível nacional e implementação territorial das políticas públicas. Enquanto a mensuração do trabalho de cuidado ocorreu no âmbito nacional, a implementação de políticas concretas de reorganização social do cuidado ocorreu sobretudo em nível subnacional, destacadamente no distrito capital. Esse processo evidencia seu papel estratégico na implementação de sistemas de cuidado, uma vez que é nos municípios que se concentram as demandas por serviços e os equipamentos públicos capazes de oferecê-los.

Essa discussão adquire especial importância no contexto brasileiro, marcado por uma estrutura federativa complexa e por forte protagonismo municipal na oferta de políticas públicas sociais. Nos últimos anos, o Brasil iniciou a implementação da Política Nacional de Cuidados, criada pela Lei Nº 15.069/2024, inspirada em experiências internacionais e latino-americanas, entre as quais se destaca o caso colombiano. No entanto, a consolidação de um sistema nacional de cuidados no país levanta importantes questões relacionadas à coordenação federativa, à sustentabilidade política e financeira das políticas e à definição do papel dos diferentes níveis de governo em cada uma delas.

Diante desse cenário, este artigo busca analisar a experiência de criação da Conta Satélite da Economia do Cuidado (CSEC) da Colômbia e discutir suas implicações para o debate sobre a implementação de políticas de cuidado em contextos interfederativos. Parte-se da hipótese de que a produção sistemática de dados sobre o TDCnR constitui um elemento fundamental à formulação de políticas públicas de cuidado, ao mesmo tempo em que sua implementação depende de arranjos institucionais capazes de articular coordenação nacional e implementação territorial.

Assim, o objetivo deste artigo é analisar de que maneira a institucionalização da CSEC na Colômbia contribuiu para a formulação de políticas públicas de cuidado e discutir o caráter pedagógico dessa experiência para o Brasil, especialmente no que se refere ao papel do pacto federativo e dos municípios na implementação de sistemas nacionais de cuidado. Para cumpri-lo, o artigo se divide, além desta introdução, em: metodologia, revisão narrativa sobre três correntes de pensamento que têm o TDCnR como objeto de estudos: a) os Estudos do Cuidado, b) as Teorias da Reprodução Social e, sobretudo, a c) Economia Feminista, análise do processo de institucionalização da CSEC na Colômbia e os dados por ela produzidos, o desdobramento na criação do SDC de Bogotá e, finalmente, as conclusões do trabalho, as quais destacam possíveis lições que essa experiência oferece à implementação de um sistema nacional de cuidados no Brasil considerando os desafios e possibilidades impostos pelo nosso semelhante pacto federativo.

## Metodologia

O presente trabalho consiste numa pesquisa de caráter descritivo e exploratório (Sampieri, Collado, Lucio, 2013; Menezes, 2009) sobre a construção e o funcionamento da Conta Satélite de Economia do Cuidado (CSEC) da Colômbia, que mede o valor econômico do Trabalho Doméstico e Não Remunerado do Cuidado (TDCnR) e sua contribuição para o Produto Interno Bruto (PIB) do país latino-americano. Partimos da hipótese de que a implementação da Conta Satélite atua como uma *política para fazer políticas*, pois consistiu no primeiro passo para a criação do Sistema Nacional de Cuidados e, posteriormente, do Sistema Distrital de Cuidados (SDC) de Bogotá, caso emblemático de implementação desse tipo de política em escala local.

A escolha do modelo colombiano enquanto “unidade caso” (Menezes, 2009) se deu pelo fato de ser, na América Latina, o precursor de uma política de Estado que reconhece e mensura o valor monetário, em moeda local, do trabalho reprodutivo, em comparação com o trabalho produtivo, representado pela agricultura, indústria, comércio e serviços. Seu pioneirismo é reconhecido internacionalmente pela longevidade e robustez da institucionalização dessa metodologia de cálculo feito pela autoridade máxima de produção de dados estatísticos do país, o Departamento Administrativo Nacional de Estatística (DANE).

O relatório *Tiempo de cuidados: las cifras de la desigualdad*, publicado em 2020 pelo DANE em parceria com a ONU Mulheres Colômbia, justifica que o sistema colombiano de medição da economia do cuidado se tornou referência mundial graças ao pioneirismo na criação da CSEC e à consolidação da Entrevista Nacional de Uso do Tempo (ENUT) como projeto estatístico de interesse para o Estado, cujo processo pode ser lido e analisado em seus relatórios semestrais. Ademais, destaca-se por sua



## ARTIGO

“[...] visão integradora do marco conceitual da economia do cuidado na definição da ENUT, que além de permitir a contabilização do TDCnR e sua valoração, permite estabelecer vínculos entre a quantidade de trabalho de cuidados não-remunerado que se realiza nos domicílios, com o trabalho remunerado realizado por pessoas trabalhadoras do domicílio e do uso dos serviços de cuidado infantil” (DANE, ONU, 2020, p. 48).

Para desenvolver o trabalho ora apresentado, foi necessário dividi-lo em duas dimensões. A primeira consistiu no levantamento, leitura e análise da literatura de três correntes de pensamento que têm o TDCnR como tema e problema estruturante: os a) Estudos do Cuidado e as b) Teorias da Reprodução Social, inseridas nas Ciências Sociais e, particularmente, no âmbito da Sociologia e, especialmente a c) Economia Feminista, localizada na Economia e concebida como uma proposta teórica e epistemológica crítica ao pensamento clássico e neoclássico, que excluiu o trabalho doméstico de seu sistema explicativo, na qual as análises apresentadas adiante se baseiam.

Na primeira dimensão, foi feita a leitura e o fichamento de livros e artigos científicos de cada uma dessas áreas de pesquisa. Em segundo plano, foram lidos trabalhos do campo de “Estudos do Cuidado”, os quais ajudam a conceituar o/s *cuidado/s* e a compreender o processo histórico de transformação dessas tarefas, remuneradas ou não, em atividades predominantemente femininas e socialmente pouco e mal reconhecidas. Paralelamente, foram analisados textos sobre as “Teorias da Reprodução Social”, a qual aportou formulações analíticas muito caras para as políticas públicas, como a compreensão das atividades de cuidado exercidas no âmbito doméstico como o *trabalho que produz o trabalhador*, devendo então ser incorporado a toda e qualquer leitura sobre o capitalismo. Após a leitura e apropriação dos conceitos chave dessas duas correntes de pensamento, foram analisados textos da “Economia Feminista”, campo que, ao se apropriar dos debates anteriormente apontados, e com eles construir o seu processo de institucionalização e consolidação como corrente própria dentro da Economia, irá identificar as “injustiças” (Vieira e Fernandez, 2024) cometidas na produção de dados macroeconômicos que invisibilizam a contribuição do TDCnR à economia, e irá propor diferentes equações para mensurá-lo e embasar a formulação de políticas públicas de (re)organização social do cuidado.

**Tabela 1.** Correntes de pensamento sobre cuidado analisadas

|                              | <i>Estudos do Cuidado</i>                                                                                                 | <i>Teorias da Reprodução Social</i>                                                                                                                                        | <b>Economia Feminista</b>                                                             |
|------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Pressupostos teóricos</b> | - Divisão sexual do trabalho e a feminização das atividades de cuidado;<br><br>- Organização social e crise dos cuidados; | - Cuidado é considerado como trabalho, ocupando o centro da criação ou reprodução da sociedade;<br><br>- Articulação entre esfera pública (mercado) e privada (doméstico); | - Articulação entre economia capitalista (mercado) e economia do cuidado (doméstico); |
| <b>Temas de estudo</b>       | - Trabalho de cuidado remunerado e não remunerado                                                                         | - Produção capitalista (de mercadorias) e reprodução social (do trabalhador);                                                                                              | - Mensuração do TDCnR;<br>- Desigualdade salarial entre homens e mulheres;            |
| <b>Principais expoentes</b>  | Helena Hirata, Nadya Guimarães                                                                                            | Tithi Bhattacharya, Cinzia Arruza, Susan Ferguson, Silvia Federici                                                                                                         | Amaia Pérez Orozco<br>Cristina Carrasco,                                              |

**Fonte:** elaboração própria.

A segunda dimensão consistiu no levantamento e análise da documentação produzida pelo DANE sobre a CSEC desde a sua implementação em 2010. Foram selecionados os “Relatórios Semestrais” de implementação

da Lei nº 1.413/2010, e o documento “Valor Económico do Trabalho Doméstico e do Cuidado Não Remunerados e Indicadores de Contexto”, produzido a cada aplicação da ENUT<sup>1</sup>, no qual são apresentados em horas e em pesos colombianos quanto custa – e quanto se deixa de remunerar – o tempo empregado predominantemente por mulheres em TDCnR por semana, em comparação com a atividade produtiva que realizam na economia formal, e a riqueza que esse trabalho aporta ao PIB nacional. Para compreender esse conjunto documental, além da lente analítica aportada pelos trabalhos sobre o cuidado apontados na Tabela 1, foram levantados relatórios produzidos por organismos internacionais – como as agências ONU Mulheres e a CEPAL – para compreender como elas têm pautado e apoiado a criação de políticas públicas que favorecem a implementação de Sistemas Nacionais de Cuidado, seguindo as recomendações feitas nas conferências sobre mulheres, conforme veremos adiante.

## 1. A Economia Feminista e a centralidade do *cuidado não remunerado* para a economia capitalista

Para algumas estudiosas, o *cuidado* é a “profissão mais antiga do mundo” (Montaño, 2020; Federici, 2017). Para elas, longe de ser uma remanescente da era medieval, “o trabalho doméstico não remunerado das mulheres tem sido um dos principais pilares da produção capitalista, ao ser o trabalho que produz a força de trabalho” (Federici, 2017, p. 12). Logo, se o sistema de produção de mercadorias é codependente do sistema de reprodução dos(as) trabalhadores(as), representado pelas atividades de subsistência realizadas no espaço doméstico – lavar, cozinhar, limpar, criar e educar – por que as tarefas de cuidado foram excluídas do esquema analítico da Economia? Quais processos, estruturas e dinâmicas sociais são invisibilizados quando não se calcula o valor econômico desse trabalho oferecido gratuitamente há séculos? Essa e outras perguntas dão origem à Economia Feminista, que se encargará de respondê-las.

### 1.1. Origens

Historicamente, a ciência econômica se organizou em torno de um conjunto de conceitos que compreendem o mercado, a propriedade e as diferentes formas de desigualdade social como dados da natureza, e não como produto de relações de poder e dominação (Périvier, 2023). Neste sentido, surge o paradigma do *homo oeconomicus*, figura teórica e normativa que passou a sustentar as teorias liberais a partir do século XVIII, representada pelo indivíduo “racional e impelido pela razão, [que] não faz nada que não seja forçado a fazer e, se fizer alguma coisa, fará pelo prazer ou para evitar a dor” (Marçal, 2022, p. 34). Por definição, não está sujeito a nenhuma experiência ancorada pelo corpo, origem social ou contexto histórico. Representa, assim, a razão e a liberdade.

No entanto, se o *homo oeconomicus* age buscando obter a maior vantagem com o menor custo possível, como explicar, então, a divisão sexual do trabalho, responsável por alocar mulheres em ocupações feminilizadas, pior remuneradas e com baixa ou nenhuma proteção social? Como explicar a “especialização” das mulheres em atividades de cuidado não remuneradas que sustentam a reprodução das unidades familiares, mesmo quando desempenham ocupações remuneradas no mercado? A partir desse ponto, as perguntas se multiplicam: como, então, falar sobre “Produto Interno Bruto” (PIB), “déficit” e “superávit fiscal”, “inflação” e “taxa de juros” para medir a situação econômica de um país se ignoramos o que metade da população faz com grande parte do seu tempo? Ademais, como podemos excluir do cômputo da riqueza nacional o valor econômico do trabalho produzido por atividades como gestar, educar, alimentar, limpar e atender crianças, idosos, deficientes, bem como adultos dependentes de cuidados? A economia de mercado pode, efetivamente, prescindir dessas atividades – assim como prescinde delas nos dados macroeconômicos – e continuar sustentando-se?

Para superar as limitações desse projeto teórico e político que marcaram a configuração da ciência econômica, surgem, no final do século XIX, pesquisas de economistas mulheres com o objetivo de reconhecer e mensurar o valor econômico desse trabalho invisível. Essa nova agenda de pesquisa dá origem, nos anos 1990, à corrente teórica hoje conhecida por Economia Feminista. Por meio dos seminários realizados pela *International Association for Feminist Economists* (IAFFE), as economistas feministas do Norte Global desenvolvem uma abordagem econômica crítica sobre desigualdades de gênero, a qual também estava sendo gestada no Sul Global, e deu origem à *Red Latinoamericana de Economía Feminista* (REMTE).

<sup>1</sup>Até o momento de finalização do presente trabalho, o DANE havia feito somente três aplicações da ENUT em todo o território colombiano, nos anos de 2012, 2017 e 2021.

A organização teórica, metodológica e institucional do pensamento econômico feminista deu origem a formulações que provocaram um conjunto de “viradas explicativas” dentro do campo, tais como: a) a revelação e a problematização dos vieses de gênero e raça do paradigma neoclássico do *homo oeconomicus*; b) o consenso em torno da compreensão analítica do cuidado não remunerado como trabalho, isto é, como atividade geradora de riqueza e; c) como fator de desenvolvimento econômico.

Com o avanço do pensamento econômico feminista, a articulação de noções e conceitos chave como “trabalho doméstico e de cuidado não remunerado” (TDCnR), “trabalho reprodutivo” e “organização social do cuidado” dá origem ao conceito de *Economia do Cuidado*, o qual carrega a ideia de um sistema de troca cujo produto que circula é o cuidado, a partir de uma dinâmica em que se cuida e se é cuidado. Ele se difunde na América Latina durante os anos 1970 graças aos debates sobre trabalho doméstico, divisão sexual do trabalho e capitalismo, e paulatinamente se tornará parte do vocabulário comum das “agências das Nações Unidas, dos órgãos da mulher dos governos, de alguns governos e de algumas ativistas” (Esquivel, 2011, p. 8), tornando-se sinônimo de demandas de serviços diversos de cuidados, de sua regulamentação no mercado formal de trabalho, de reconhecimento do trabalho da “dona de casa” pelos sistemas de proteção social (Esquivel, 2011).

## 1.2. A Economia do Cuidado nos Sistemas Nacionais de Contas

A entrada massiva de mulheres no mercado de trabalho entre 1960 e 1970, sobretudo nos países pioneiros da Revolução Industrial, introduziu no debate público o problema em torno dos “custos do cuidado”, da sobrecarga gerada pelo acúmulo de atividades não-remuneradas que recai sob a responsabilidade exclusiva das mulheres quando retornam ao espaço doméstico após cumprirem uma jornada de trabalho remunerada, graças à “naturalização da capacidade das mulheres para cuidar” (Enríquez, 2022, p. 152). Diante desse panorama, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) empreendeu um dos primeiros esforços de reconhecer o cuidado como trabalho, bem como os direitos de quem cuida e quem é cuidado, ao estabelecer a “necessidade de licença maternidade, serviços de apoio para pais e mães, e uma rede de cuidados infântis (ONU, 1979)”.

Durante os anos 1990, as agências internacionais e os organismos multilaterais dedicaram esforços sistemáticos ao desenvolvimento do campo das “estatísticas de gênero” (Vieira, 2024). Em 1991, por meio da Recomendação Geral Nº 16, a CEDAW sugeriu aos países signatários realizar a “medição do trabalho doméstico não-remunerado e seu reconhecimento econômico” (Barbosa, Marcondes, Oliveira, 2025, p. 230). A proposta de medir o valor econômico do “imenso subsídio que as mulheres transferem à economia, à sociedade e aos homens em particular” (Montaño, 2020, p. 10) aparece de modo mais elaborado na 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim em 1995. O documento final da cúpula recomendava a produção de dados desagregados por gênero para planejamento e avaliação de políticas públicas, dentre os quais estavam a Classificação Internacional de Atividades para Estatísticas de Uso do Tempo (ICATUS)<sup>2</sup>.

Em 2010, a 11ª Conferência Regional sobre a Mulher na América Latina e Caribe firmou o Consenso de Brasília, no qual aparece pela primeira vez o programa “3R: reconhecer, redistribuir e reduzir” o trabalho doméstico e de cuidado não-remunerado. Em 2013, a ONU criou o Conjunto Mínimo de Indicadores de Gênero (CMIG), composto por 51 indicadores qualitativos e 11 quantitativos organizados em cinco dimensões distintas: “i) estruturas econômicas, participação em atividades produtivas e acesso a recursos; ii) educação; iii) saúde e serviços relacionados; iv) vida pública e tomada de decisão; v) direitos humanos de mulheres e meninas” (Vieira, 2024, p. 77). Finalmente, em 2018, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2019) reconheceu 117 pesquisas de uso do tempo em 94 países.

Outro fator que tem impulsionado o debate sobre a organização social do cuidado no Brasil e na América Latina são as projeções de inversão da pirâmide etária dentro das próximas décadas, que fará com que a população idosa – de 65 anos ou mais – supere a população jovem – entre 15 e 65 anos de idade –, uma “crônica anunciada que, para ser resolvida, exige uma reorganização social dos trabalhos produtivo e reprodutivo” (Bohn, 2024, p. 102). Dentre os efeitos dessa nova tendência do crescimento demográfico na região está o já discutido impacto sobre os sistemas de previdência social, e o protagonismo do vetor “família” – isto é, pelas mulheres do núcleo familiar – no “Diamante do Cuidado dos Idosos”, como é o caso do Brasil, onde o “Estado” é o menos atuante no provimento de serviços e ainda divide sua responsabilidade com o “mercado” e a “comunidade”.

<sup>2</sup>Na sigla original em inglês: International Classification of Activities for Time Use Statistics (ICATUS).

**Tabela 2.** Consensos Regionais sobre Economia do Cuidado na América Latina (1977–2022)

| Ano  | Marco/Consenso                    | Principais Avanços e Temas                                                                                                                                                                                                                                                    |
|------|-----------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1977 | Plano de Ação de Havana           | - Atenção e cuidado de crianças                                                                                                                                                                                                                                               |
| 1994 | Programa de Ação de Mar del Plata | - Levantamento de informações sobre o valor do TDCnR                                                                                                                                                                                                                          |
| 1997 | Consenso de Santiago              | - Valor do tempo socialmente necessário para o cuidado                                                                                                                                                                                                                        |
| 2004 | Consenso do México                | - Reconhecimento do valor econômico do TDCnR                                                                                                                                                                                                                                  |
| 2007 | Consenso de Quito                 | - Cuidado e bem-estar como objetivo da economia                                                                                                                                                                                                                               |
| 2010 | Consenso de Brasília              | - Políticas e serviços universais de cuidado, incluindo licenças parentais<br>- Valorização social e reconhecimento do valor econômico do cuidado<br>- Criação de Contas Satélites                                                                                            |
| 2013 | Consenso de Santo Domingo         | - Redistribuição do cuidado entre Estado, mercado e sociedade, e entre homens e mulheres<br>- Sistemas públicos de proteção e seguridade social com cobertura universal                                                                                                       |
| 2016 | Estratégia de Montevidéu          | - Políticas de redistribuição da riqueza, renda e tempo<br>- Financiamento por meio de impostos progressivos<br>- Cadeias globais de cuidado                                                                                                                                  |
| 2020 | Compromisso de Santiago           | - Políticas contracíclicas e dinamização da economia do cuidado<br>- Contabilização dos efeitos multiplicadores do cuidado - Sistemas integrais de cuidado com perspectiva interseccional, intercultural e territorial<br>- Cooperação regional em cadeias globais de cuidado |
| 2022 | Compromisso de Buenos Aires       | - Garantia do direito de cuidar, ser cuidado/a e ao autocuidado<br>- Produção de estatísticas com enfoque territorial<br>- Cooperação multilateral para igualdade de gênero, direitos de mulheres migrantes e direito ao cuidado                                              |

**Fonte:** Adaptado de “ABC do Sistema Distrital do Cuidado de Bogotá”. CEPAL, 2024.

## 2. O Sistema de Contas Nacionais da Colômbia

Para explicar como a Lei Federal nº 1.413/2010 pôde ser transformada em política pública de alcance nacional, é preciso compreender o funcionamento do Sistema de Estatístico Nacional (SEN) colombiano. Criado formalmente pela Lei Federal nº 1753/2015<sup>3</sup>, consiste num conjunto de entidades, processos, instrumentos e normas que respaldam a produção oficial de estatísticas do país. O Sistema é gerido pelo Departamento Administrativo Nacional de Estatística (DANE), responsável por elaborar normas gerais sobre a produção de estatísticas do país. De acordo com o site oficial do SEN, define-se por ser um “conjunto articulado de componentes que garantem a produção e a difusão das estatísticas oficiais em nível nacional e territorial que o país requer, de maneira organizada e sistemática” (SEN, 2025<sup>4</sup>).

Nesse sentido, as “Contas Satélites” são extensões do SEN e permitem “ampliar a capacidade analítica da contabilidade nacional a determinadas áreas de interesse socioeconômico de modo flexível, sem sobrecarregar o sistema central<sup>5</sup>”. Na prática, são bases de dados temáticas que alimentam o Sistema com dados sobre as atividades econômicas integrantes do PIB colombiano. São elas: Conta Satélite Ambiental (CSA), Agroindústria (CSPA), Economia Cultural e Criativa (CSECC), Economia do Cuidado (CSEC), Turismo (CST) e Saúde e Previdência Social (CSSS).

<sup>3</sup>Disponível em: <https://www.funcionpublica.gov.co/eva/gestornormativo/norma.php?i=61933>. Acesso em: 19.02.2026.

<sup>4</sup>Disponível em: <https://www.sen.gov.co/conozca-el-sen/que-es-el-sen>. Acesso em: 19.02.2026.

<sup>5</sup>Disponível em: <https://www.dane.gov.co/index.php/estadisticas-por-tema/cuentas-nacionales/cuentas-satelite>. Acesso em: 19.02.2026.

## 2.1. A Conta Satélite de Economia do Cuidado

No ano de 2010, duas então Senadoras da República apresentam ao Poder Legislativo o Projeto de Lei nº 081/2009, que disciplina a inclusão da Economia do Cuidado no Sistema de Contas Nacionais colombiano com o objetivo de mensurar a contribuição “da mulher” ao desenvolvimento social e econômico do país. A primeira autora do Projeto é Cecilia López Montaña, economista, servidora pública federal, Vice-Ministra de Agricultura entre 1982 e 1985, Embaixadora da Colômbia na Holanda (1985–1988), Ministra do Meio Ambiente (1994–1996), e Ministra de Agricultura (1996–1997), uma das pouquíssimas mulheres membras da Academia Colombiana de Ciências Econômicas, à qual chegou em 1984. A segunda é Glória Inés Ramírez Ríos, física e matemática, mestre em Desenvolvimento Social e Educação e especialista em Garantia de Direitos Trabalhistas, cuja carreira é marcada pela atuação em defesa dos direitos humanos, ocupando os cargos de Presidente da Federação Colombiana de Educadores (FECODE), membra da Bancada Bicameral de Mulheres do Congresso da República e Presidente da Comissão de Paz e Acordo Humanitário do Senado<sup>6</sup>, onde exerceu mandato entre 2010 e 2014. Após aprovado, o Projeto foi convertido na Lei nº 1.413/2010, cuja redação será analisada em detalhe a seguir.

O Artigo 1º dispõe sobre a incorporação da Economia do Cuidado ao Sistema de Contas Nacionais, com o objetivo de mensurar a contribuição das mulheres ao desenvolvimento econômico e social do país e subsidiar políticas públicas para “reconhecer, redistribuir e reduzir” as tarefas de cuidado. No Artigo 2º, define conceitualmente “Economia do Cuidado”, “Trabalho Doméstico” e “Conta Satélite”:

“Economia do cuidado: Refere-se ao trabalho não remunerado realizado no lar, relacionado à manutenção da residência, aos cuidados com outras pessoas da família ou da comunidade e à manutenção da força de trabalho remunerada. Esta categoria de trabalho é de fundamental importância econômica em uma sociedade. Trabalho doméstico: Serviços domésticos, pessoais e de cuidados gerados e consumidos dentro do próprio lar, pelos quais não se recebe retribuição econômica direta. Conta Satélite: Conta específica do Sistema de Contas Nacionais que organiza e registra as informações de um setor econômico ou social, neste caso, do trabalho nos lares” (Colômbia, 2010, p. 1).

O Artigo 3º apresenta a “Classificação das Atividades de Trabalho Doméstico do Cuidado Não Remunerado (TDCNR), que está aberta à incorporação de novas atividades conforme seja necessário, tal como observamos na Tabela 2:

**Tabela 3.** Atividades de TDCNR previstas na Lei nº 1.413/2010.

| Atividades de TDCNR                                                                                                         |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1. Organização, distribuição e supervisão de tarefas domésticas.                                                            |
| 2. Preparação de alimentos.                                                                                                 |
| 3. Limpeza e manutenção da residência e dos utensílios.                                                                     |
| 4. Limpeza e manutenção das roupas.                                                                                         |
| 5. Cuidado, formação e instrução das crianças (transporte para a escola e auxílio no desenvolvimento de tarefas escolares). |
| 6. Cuidado de idosos e enfermos.                                                                                            |
| 7. Realização de compras, pagamentos ou trâmites relacionados ao lar.                                                       |
| 8. Reparos no interior da residência.                                                                                       |
| 9. Serviços à comunidade e ajuda não remunerada a outros lares de parentes, amigos e vizinhos.                              |

**Fonte:** Lei nº 1.413/2010.

O Artigo 4º define o DANE como autoridade responsável pelo cumprimento da lei, e por “planejar, desenhar, aplicar e atualizar” uma Entrevista de Uso do Tempo (ENUT) para obter dados sobre o TDCNR, a ser elaborada posteriormente. Além disso, o Governo Federal deverá integrar, por meio do Departamento, uma Comissão Multissetorial (de caráter vinculante) para definir a forma de inclusão das informações sobre TDCNR no SNC, através de uma Conta Satélite.

<sup>6</sup>Informações disponíveis em: <http://www.senadoragloriainesramirez.org/index2.html>. Acesso em: 19/02/2026.

O Artigo 5º atribui ao DANE, ao Ministério da Fazenda e Crédito Público a prerrogativa de desenhar, planejar e definir técnica, conceitual e metodologicamente a ENUT, a qual deverá ser aplicada a cada triênio, bem como a metodologia para incluir seus resultados no Sistema Nacional de Estatísticas. Já o artigo 6º atribui a responsabilidade de monitoramento, vigilância e controle da aplicação da ENUT ao Conselho Presidencial para a Equidade de Gênero, que coordenará uma mesa de trabalho composta por membros do monitoramento da política, da academia, organizações sociais, enquanto caberá ao DANE apresentar relatórios semestrais à mesa para fins de transparência.

Finalmente, o Artigo 7º determina que o cômputo do TDCNR deverá ser incluído nas análises macroeconômicas do Ministério de Fazenda, do Departamento Nacional de Planejamento, do Banco da República, da Contabilidade Nacional, da Controladoria Geral da República e demais entes governamentais.

## 2.2. O que revelam os dados? Visibilizando o maior setor da economia colombiana

Para compreender em detalhes o processo de implementação da Lei nº 1.413/2010, foi necessário realizar a leitura dos 27 Relatórios Semestrais, publicados pelo DANE entre 2011 e 2024 para registrar e comunicar todas as ações, atividades, indivíduos e instituições envolvidos na estruturação da CSEC.

Entre 2011 e 2012, foi feito um levantamento das metodologias de cálculo utilizadas pelas contas satélites de economia do cuidado de países como Austrália, Canadá e Estados Unidos, assim como países latino-americanos como Chile, Guatemala, México e Peru. Neste processo, servidores do DANE realizaram capacitações técnicas com especialistas como María Ángeles Durán, da Universidade Autônoma de Madrid, e Mercedes Pedrero, pesquisadora da CEPAL, importante parceira técnica e institucional no processo de elaboração da proposta inicial de Classificação de Atividades de Uso do Tempo, baseada na *International Classification International of Activities for Time-Use Statistics (ICATUS)*<sup>7</sup>, da ONU.

Na sequência, foi realizada a aplicação piloto da ENUT no município de Cali, em 2012, e em agosto teve início a aplicação nas seis regiões geográficas do território nacional: *Caribe, Pacífico, Orinoquia, Amazonia, Andina e Insular*. Paralelamente, a Comissão Multissetorial promoveu diálogo e articulação institucional entre órgãos governamentais colombianos e organizações da sociedade civil, dando origem ao “1º Fórum Nacional de Uso do Tempo e Trabalho Não Remunerado”.

Em 2013, a Comissão Intersetorial de Economia do Cuidado foi oficialmente criada por meio do Decreto nº 2.490, formalizando a estrutura institucional necessária à governança da política. O processo avança para a consolidação metodológica e operacional da coleta da ENUT, então concluída, permitindo a publicação de resultados preliminares, que destacaram a importância do trabalho doméstico e de cuidados não remunerado para a economia, representando 19,3% do PIB em 2012, dos quais 15,3% foram desempenhados pelas mulheres. Simultaneamente, iniciou-se a construção da Conta Satélite da Economia do Cuidado (CSEC), com apoio técnico da CEPAL e do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA).

Durante as discussões realizadas no âmbito da Comissão, é feita a opção pela adoção oficial da ICATUS como referência classificatória, adaptando-a ao contexto nacional e validando sua estrutura por meio de mesas de trabalho técnicas. A adaptação incluiu atividades como organização doméstica, preparo de alimentos, cuidado de crianças e idosos, serviços comunitários não remunerados, entre outras.

O cálculo do TDCnR foi pensado para ser realizado utilizando quatro metodologias complementares. O método de “Custo de Substituição” estima quanto a família pagaria para adquirir serviços de cuidado se eles não fossem realizados pelos membros do domicílio. O “Método Especialista” valoriza as horas dedicadas ao TDCnR usando a remuneração média de profissionais que realizam funções semelhantes, resultando, por exemplo, na estimativa de que o valor econômico do TDCnR correspondeu a 20,5% do PIB colombiano em 2012. Já o “Método Generalista” assume que, na ausência do TDCnR, seria necessário contratar uma trabalhadora doméstica para realizar todas essas tarefas, valorizando as horas com base no salário desses profissionais.

---

<sup>7</sup>A International Classification of Activities for Time-Use Statistics (ICATUS) consiste numa estrutura padronizada, desenvolvida pela Divisão de Estatísticas das Nações Unidas para categorizar todas as atividades que uma pessoa pode realizar ao longo de 24 horas. Seu objetivo é fornecer um referencial comum para a coleta e análise de dados sobre uso do tempo, permitindo comparações significativas entre países. A ICATUS 2016 organiza as atividades em uma hierarquia de três níveis: grandes divisões, divisões e grupos.

ARTIGO

De 2015 a 2017, houve aprofundamento dos aspectos técnicos e expansão analítica da política. A Conta Satélite avançou para as Fases II e III, com foco na elaboração de contas de produção e geração de renda, e na desagregação dos dados por região e gênero. Os resultados apontaram que 79,4% (2012) e 78,4% (2017) do trabalho doméstico e de cuidados era realizado por mulheres, revelando a expressiva desigualdade de gênero na distribuição dessas atividades, conforme podemos visualizar na Tabela 3.

**Tabela 4.** Valor econômico do TDCnR no PIB colombiano (em pesos colombianos)

| <b>Produção Total Do TDCNR (Preços Correntes)</b>     | <b>Cop \$462,3 Trilhões</b>        |
|-------------------------------------------------------|------------------------------------|
| Valor econômico estimado (método especialista)        | COP \$230,3 trilhões               |
| Participação do TDCNR na produção nacional (2021)     | 21,7%                              |
| Participação feminina no valor do TDCnR               | 75,9%                              |
| Participação masculina no valor do TDCnR              | 24,1%                              |
| Valor do TDCNR comparado à indústria de transformação | Apenas COP \$7,8 trilhões inferior |

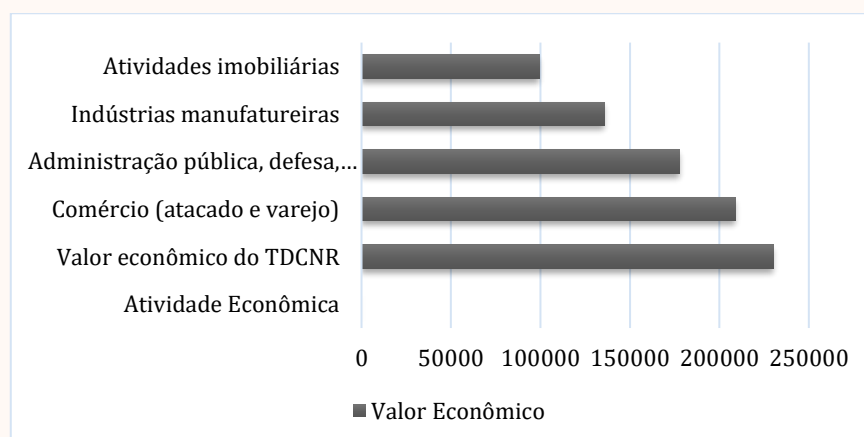
**Fonte:** DANE. Vigésimo Sexto Informe Semestral. 2023 II.

A partir de 2016, com a realização da segunda edição da ENUT, o processo ganhou novos contornos de atualização e sustentação. A coleta de dados de 2016-2017 incorporou inovações metodológicas e tecnológicas, como o uso de aplicativos móveis para coleta em campo. Paralelamente, consolidaram-se as definições oficiais sobre economia do cuidado, incluindo conceitos como cuidado direto e indireto, serviços de cuidado, trabalho de cuidado e pessoa cuidadora, elementos fundamentais para orientar a produção estatística e a formulação de políticas públicas.

Nesta fase, foi promovida a integração da economia do cuidado nas políticas públicas, mediante o desenvolvimento do Sistema Nacional de Cuidados (SNC), por meio da Lei Nº 2.281/2023, e da Agenda Nacional sobre Economia do Cuidado. A valoração econômica do trabalho não remunerado foi atualizada com base na Classificação Internacional de Ocupações (CIUO-08) da OIT, reforçando o alinhamento com padrões internacionais.

No âmbito internacional, a Colômbia desempenhou papel de liderança, compartilhando sua experiência com outros países da região, como Chile e Uruguai, e participando ativamente de fóruns e processos de padronização promovidos pela ONU e pela CEPAL. O modelo de governança colaborativa adotado no país, que integra diferentes níveis de governo e a sociedade civil, consolidou-se como exemplar para a América Latina. A última aplicação da ENUT, de 2021, constata o padrão que já havia sido detectado desde a primeira edição do censo: as atividades de TDCnR são a principal atividade do PIB, à frente do comércio, da administração pública, da indústria manufatureira e das atividades imobiliárias, conforme podemos observar no Gráfico 1.

**Gráfico 1.** Valor econômico do TDCnR, e valor agregado bruto das atividades mais representativas da economia colombiana (em bilhões de pesos). Total Nacional, 2021



**Fonte:** DANE, 2021.

### 3. Por que medir o TDCNR? A implementação do Sistema Distrital do Cuidado de Bogotá

A implementação da CSEC no SEN colombiano permitiu à sociedade, aos movimentos e organizações sociais feministas, à academia e, sobretudo, à gestão pública local, distrital e nacional se apropriarem de um amplo conjunto de evidências sobre a desigual carga-horária empregada por mulheres e homens na realização de Tarefas Domésticas e de Cuidado não Remunerado (TDCNR). A sistematização desses dados converteu o conceito de “divisão sexual do trabalho reprodutivo” em dado estatístico georreferenciado, permitindo conhecer a oferta e a demanda por cuidados nos mais distintos rincões do território nacional.

A partir da segregação desses dados para o Distrito<sup>8</sup> de Bogotá, os movimentos e organizações feministas locais, encabeçados pelo Conselho Consultivo de Mulheres – Espaço Autônomo (CCMA-EA)<sup>9</sup>, que já vinham reivindicando a incorporação da economia do cuidado no debate público do país, tratando o cuidado como direito universal e como trabalho –, conquistaram a implementação do Sistema Distrital de Cuidado (SDC), como solução para reverter a injusta divisão sexual do trabalho persistente na capital do país. E o diagnóstico utilizado para justificar a criação da política foi assertivo: em Bogotá 89% das mulheres gastam, em média, 6,47 horas diárias com TDCNR, enquanto 69,4% da população masculina também responsável pelas mesmas tarefas gasta 2,36 horas diárias, conforme os dados atualizados da ENUT publicados em 2021 (Alcaldía Mayor de Bogotá, 2025).

A estruturação da política partiu da definição de cuidado utilizada pela OIT, composta por duas modalidades: a) *direta* – preparação de alimentos, limpeza e manutenção do lar, da vestimenta, gestão das tarefas domésticas, entre outras e b) *indireta* – cuidado de pessoas que requerem diferentes tipos de suporte para realizar atividades de vida diária – crianças, idosos, pessoas com deficiência, enfermos, e demais. Além disso, orientou-se pelo modelo proposto por Diane Elson (2017) dos “3Rs”: “reconhecer, redistribuir e reduzir” o TDCnR.

#### 3.1. O que é e como opera o Sistema Distrital de Cuidado?

Por definição, o Sistema Distrital de Cuidados consiste num “mecanismo por meio do qual se articulam políticas, programas, projetos, serviços, normas e ações técnicas e institucionais para atender às necessidades de cuidado dos lares bogotanos de modo corresponsável”, envolvendo todos os níveis da gestão pública, o setor privado, a sociedade civil, organizações e movimentos sociais e todas/os as/os cidadã/os colombianas/os. (CEPAL; Alcaldía Mayor De Bogotá, 2024, p. 7). De forma prática, ele opera a partir de quatro equipamentos públicos que oferecem uma ampla carta de serviços distribuídos a partir dos eixos *Reconhecer*, *Redistribuir* e *Reduzir*, conforme observamos na Tabela 5, em contextos territoriais diversos: a) “Maçãs do Cuidado”, b) “Ônibus do Cuidado”, c) “Atenção Pessoal” e d) “Redes de Cuidado”.

**Tabela 4.** Estratégias de Intervenção do Sistema de Distrital de Cuidados de Bogotá

| Eixo       | Componente | Serviços/Ações                                                                                                   |
|------------|------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| RECONHECER | Formação   | - Oportunidades para concluir ensino fundamental e médio                                                         |
|            |            | - Formação complementar em cuidado ou educação financeira                                                        |
|            |            | - Formação técnica e certificações                                                                               |
|            |            | - Modelo de fortalecimento de capacidades (cidadania, cuidado, construção, confecção, culinária e contabilidade) |

<sup>8</sup>Na condição de “Distrito Capital”, Bogotá se subdivide em 20 “localidades” com governos próprios subordinados ao central: *Usaquén, Chapinero, Santa Fe, San Cristobal, Usme, Tunjuelito, Bosa, Kennedy, Fontibón, Engativá, Suba, Barrios Unidos, Teusaquillo, Los Mártires, Antonio Nariño, Puente Aranda, La Candelaria, Rafael Uribe Uribe, Ciudad Bolívar e Sumapaz*. Disponível em: <https://bogota.gov.co/en/mi-ciudad/localidades>. Acesso em: 03.03.2026.

<sup>9</sup>O CCM-EA “é a instância de coordenação, articulação, consenso e corresponsabilidade entre as organizações, grupos e redes de mulheres do Distrito Capital e da Administração Distrital, para o desenvolvimento da Política de Mulheres e Equidade de Gênero”. O conselho possui cadeiras de representantes de cada uma das 20 localidades de Bogotá, 6 cadeiras para “mulheres étnicas”, 17 para “mulheres diversas” e 8 para cada um dos direitos previstos na Política Pública de Mulheres e Equidade de Gênero (PPMyEG) do Distrito. Disponível em: <https://www.sdmujer.gov.co/las-mujeres-en-bogota/espacios-de-participacion-y-coordinacion/consejo-consultivo-de-mujeres-ccm>. Acesso em: 03.03.2026.

|              |                                            |                                                                                                                                                                                                                           |
|--------------|--------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| REDUZIR      | <b>Respiro</b>                             | - Respiro de conexão (autorreconhecimento, manejo emocional, redes de apoio, meditação)<br>- Respiro de desconexão (lazer, descanso, clubes de leitura, massagens, esportes, sessões de beleza)                           |
|              | <b>Outras necessidades socioeconômicas</b> | - Rotas de acesso à oferta distrital de emprego<br>- Rotas de empreendedorismo<br>- Promoção da autonomia econômica                                                                                                       |
|              | <b>Cuidado</b>                             | - Serviços profissionais de cuidado para crianças menores de 13 anos<br>- Serviços para pessoas idosas<br>- Serviços para pessoas com deficiência<br>- Programas de revezamento domiciliar de cuidado (direto e indireto) |
|              | <b>Lavanderias comunitárias</b>            | - Espaços com acesso a máquinas de lavar - Apoio a cuidadoras sem eletrodomésticos                                                                                                                                        |
| REDISTRIBUIR | <b>Sensibilização</b>                      | - Estratégias para mudança cultural nas normas de gênero - Iniciativa “Cuidar se Aprende!”<br>- Oficinas sobre masculinidades cuidadoras<br>- Jornadas de cuidado e autocuidado                                           |
|              | <b>Formação</b>                            | - Iniciativas pedagógicas e lúdicas para transformação cultural<br>- Participação equitativa dos homens no cuidado direto, indireto, emocional e ambiental<br>- Cursos como a Escola “Homens ao Cuidado”                  |
|              | <b>Amplificação</b>                        | - Criação de Rede de Alianças do Cuidado<br>- Envolvimento do setor privado, ONGs, academia e sociedade civil                                                                                                             |

**Fonte:** Boletim de Igualdade de Gênero nº 2. Prefeitura de Bogotá, 2024.

As “Maças do Cuidado” constituem o principal eixo territorial e físico do Sistema Distrital de Cuidado de Bogotá, reunindo, em espaços urbanos próximos às residências das mulheres cuidadoras, serviços gratuitos antes dispersos e pouco acessíveis, como educação básica e média, qualificação profissional, lazer, esporte, cultura, descanso, autocuidado físico e emocional, atendimento jurídico e psicossocial, encaminhamentos a políticas públicas e proteção de direitos, enquanto crianças, idosos e pessoas com deficiência recebem atividades lúdicas, pedagógicas, terapias e outros serviços; para alcançar áreas remotas, vulneráveis ou de difícil acesso. Por sua vez, os “Ônibus do Cuidado” funcionam como unidades móveis adaptadas que oferecem orientação jurídica, atenção em saúde mental, capacitação, atividades recreativas e orientação sobre violências baseadas em gênero. Já o Programa “Atenção Pessoal” apoia famílias com pessoas em situação de dependência severa, por meio de equipes profissionais que prestam cuidado domiciliar direto e permitem que as mulheres cuidadoras tenham tempo para estudar, trabalhar, descansar, cuidar de si ou se qualificar, além de receberem orientações sobre direitos, benefícios e serviços públicos. Por fim, as “Redes de Cuidado” integram ao Sistema equipamentos públicos e privados já existentes nas 20 localidades bogotanas, como creches, escolas, bibliotecas, parques, centros-dia, postos de saúde e de atendimento a trabalhadoras/es, ampliando a capacidade de atendimento com base nos critérios de atendimento duplo, proximidade territorial e flexibilidade da oferta e da infraestrutura, fator considerado imprescindível para reduzir o tempo gasto pelas mulheres com trabalho doméstico e de cuidado não remunerado – TDCnR (Secretaría Distrital de Integración Social, 2023).

### 3.2. A institucionalização do Sistema Distrital de Cuidados de Bogotá

O desenho do Sistema Distrital de Cuidados surge durante as eleições locais em junho de 2019, quando a então candidata à Prefeitura de Bogotá assinou, durante uma atividade de campanha, o compromisso “Agenda Distrital pelos Direitos das Mulheres Diversas (2020-2024)”, proposto aos e às prefeituráveis durante a corrida para ocupar o posto máximo do *Palacio Liévano*, e o incorpora ao seu plano de governo. Após eleita – não por acaso, a primeira mulher a ocupar o Poder Executivo da capital colombiana –, López lançou, por meio da Secretaria Distrital de Planejamento, o “Plano Distrital de Desenvolvimento 2020-2024: Um Novo Contrato Social e Ambiental para a Bogotá do século XXI”, o qual prevê a criação do Sistema Distrital de Cuidados (SDC).

A partir disso, o SDC foi gestado e institucionalizado, tanto pela criação de um marco normativo que lhe deu sustentação técnica, jurídica e administrativa, quanto pela incorporação do SDC nos instrumentos de



## ARTIGO

planejamento territorial do Distrito. Ao Decreto nº 166/2010, que inclui a Economia do Cuidado como parte do direito ao trabalho em condições de igualdade, e ao Acordo nº 584/2014, o qual previa o reconhecimento e a valorização do valor social, econômico e simbólico do TDCnR, somaram-se o Decreto nº 555/2021, o qual compreende o cuidado como pilar do Plano de Ordenamento Territorial (POT), incorporando o SDC e prevendo a criação de 45 quarteirões do cuidado até 2035 – hoje já são 23 –, o Convênio nº 913/2021, que permitiu às organizações sociais oferecerem diferentes serviços no âmbito do sistema para garantir a oferta à demanda. Por fim, o Acordo Distrital nº 893/2023 define conceitos estruturantes para a política, como: pessoa cuidadora, TDCnR, economia do cuidado, regulamentados pelo Decreto Distrital nº 415/2023.

## Conclusões

A análise da implementação da Conta Satélite de Economia do Cuidado (CSEC) no Sistema Estatístico Nacional (SEN) da Colômbia permite compreender como a produção de dados estatísticos sobre o trabalho doméstico e de cuidado não remunerado (TDCnR) pode funcionar como um elemento estruturante para a formulação de políticas públicas. Ao integrar a mensuração de seu valor econômico ao Sistema Nacional de Contas (SNC), o Estado colombiano não apenas tornou visível um setor historicamente invisibilizado da economia, como também criou as bases informacionais e institucionais necessárias para o desenvolvimento de políticas voltadas à “desfeminização e à desfamiliarização do cuidado” (Alianza Global por los Cuidados, Instituto Nacional de las Mujeres, ONU Mujeres, & EUROsociAL+, 2022, p. 7).

Nesse processo, por meio da produção e a divulgação sistemática de dados sobre o tempo e o custo – com o qual arcam as cidadãs colombianas – do cuidado permitiram que gestores públicos, a CSEC colocou à disposição de movimentos sociais e instituições acadêmicas evidências empíricas capazes de sustentar a formulação de políticas orientadas pelos princípios de reconhecer, redistribuir e reduzir o TDCnR, garantindo direitos e cumprindo compromissos celebrados por meio de acordos internacionais.

Um dos aspectos mais destacados do caso colombiano diz respeito à correlação entre produção de evidências em nível nacional e implementação de políticas em nível territorial. Embora a Conta Satélite pertença ao SEN, viabilizou a materialização de políticas concretas no plano subnacional. A experiência de Bogotá demonstra que a reorganização da oferta de serviços de cuidado pode ser implementada de forma sustentável por meio da reorganização e integração de equipamentos públicos já existentes – como creches, escolas, centros de assistência social, bibliotecas, equipamentos culturais e unidades de saúde –, ampliando sua capacidade de atendimento, e do aumento da “coordenação intencional com as políticas educacionais, de trabalho, de saúde e de proteção social” (Alianza Global por los Cuidados, Instituto Nacional de las Mujeres, ONU Mujeres, & EUROsociAL+, 2022, p. 12).

Essa experiência possui grande relevância no debate sobre o papel do pacto federativo na construção de sistemas de cuidado, e ganha especial importância no contexto brasileiro com o processo de implementação da Política Nacional de Cuidados, e do Plano Nacional de Cuidados, impulsionado sobretudo pela atuação do Ministério das Mulheres e do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, inspirados, inclusive, nas experiências latino-americanas e no caso colombiano em particular. Aqui, do ponto de vista da implementação da política, surgem as seguintes questões: i) se o Estado reconhece o TDCnR como trabalho, em que medida deve regulamentá-lo como atividade profissional? e; ii) quais mecanismos precisa criar para garantir que seja exercido de forma digna e decente?; iii) qual é o papel das instituições externas aos sistemas de cuidado – como as empresas e o mercado de trabalho como um todo – na revisão dos papéis tradicionais de gênero e da feminização e familiarização do cuidado em sua estrutura de funcionamento?

Ainda pensando nos desafios de implementar uma política nacional de cuidados em países como o Brasil, que à semelhança da Colômbia possui uma estrutura federativa na qual os municípios são protagonistas, surgem novas questões: iv) como garantir sustentabilidade política e econômica para os sistemas de cuidado?; v) como garantir progressividade a esses sistemas, para que possam ser ampliados e aperfeiçoados, e atender de forma universal à demanda de cuidados de um território no médio e longo prazos?; vi) qual seria o modelo de governança adequado para garantir, então, sustentabilidade política e econômica e progressividade às políticas e de cuidado em países como os nossos?

Para responder a alguns desses desafios, a estratégia de Bogotá foi: incluir o Sistema Distrital de Cuidados na Política Nacional de Equidade de Gênero, que terá vigência até 2030, e alocou a Direção do SDC dentro do Ministério da Mulher; buscou financiamento junto às agências especializadas de organismos internacionais como ONU e OIT, bem como solicitou recursos ao Governo Federal sob comando de Gustavo Petro até o final deste ano

de 2026, e incluiu no Plano de Organização Territorial (POT) de Bogotá a meta de criar 45 “Maças do Cuidado” até 2035.

Atualmente, os movimentos sociais e as agências internacionais adicionaram aos “3Rs” – reconhecer, redistribuir e reduzir – mais 2 reivindicações, cuja materialização é igualmente complexa: “remunerar e representar” (Brito, 2022). Implementar políticas com os “5Rs” requer não apenas coordenação de esforços interfederativos, mas transformações civilizatórias profundas, capazes de suplantarem ideais rígidos sobre papéis de gênero em nossas sociedades, a começar pela efetivação dos direitos das mulheres há muito garantidos por lei. A análise realizada ao longo deste trabalho procurou levantar elementos do caso colombiano que podem contribuir com o debate brasileiro, sobretudo no contexto de implementação da Política Nacional de Cuidados (Lei nº 15.069/2024). Resta agora à pesquisa, e ofício da gestão pública, pensar em caminhos e possibilidades para avançarmos na construção de políticas e, sobretudo, de uma sociedade de cuidado (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe & Organização Internacional do Trabalho, 2025) em nosso país.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alcaldía Mayor de Bogotá. (2025). *ABC del Sistema Distrital de Cuidado de Bogotá*. In *Sistema Distrital de Cuidado: tiempo y servicios para las mujeres*.
- Alianza Global por los Cuidados, Instituto Nacional de las Mujeres, ONU Mujeres, & EUROsociAL+. (2022). *Diseño e implementación de sistemas subnacionales y/o políticas subnacionales de cuidados: Resultados del intercambio de experiencias, 2022*.
- Barbosa, A. H. de A., Marcondes, M. M., & Oliveira, A. J. B. de. (2025). Governança das políticas de cuidado, transversalidade e interseccionalidade: Uma análise de experiências latino-americanas e caribenhas. *Revista do Serviço Público*, 76(2), 221–244.
- Bohn, L. (2023). Envelhecimento populacional e crise do cuidado no Brasil: Um panorama do presente, um alerta para o futuro. In M. O. Teixeira, M. Olivera, & C. M. Vieira (Eds.), *Economia feminista no Brasil: Contribuições para pensar uma nova sociedade*. Autonomia Literária.
- Jiménez Brito, L. (2022). *Treinta experiencias exitosas para redistribuir, reducir, reconocer, remunerar o representar el trabajo de cuidados*. Instituto Nacional de las Mujeres; Instituto de Liderazgo Simone de Beauvoir.
- Carrasco, C. (2006). La economía feminista: Una apuesta por otra economía. In M. J. Vara (Ed.), *Estudios sobre género y economía*. Akal.
- Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). (2024). Sistema Distrital de Cuidado en Bogotá: Diseño y puesta en marcha de un pacto político, social y fiscal. *Boletín Igualdad de Género*, 2.
- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, & Organização Internacional do Trabalho. (2025). *Escenarios de inversión para la sociedad del cuidado en América Latina y el Caribe: Economía del cuidado y trabajo decente. Escenarios y recomendaciones para América Latina y el Caribe*. CEPAL; OIT.
- Colômbia. (2010). *Ley 1413 de 11 de noviembre de 2010: Por medio de la cual se regula la inclusión de la economía del cuidado en el sistema de cuentas nacionales*.
- Colômbia. (2013). *Decreto 2490 de 13 de noviembre de 2013: Por el cual se crea la Comisión Intersectorial para la inclusión de la información sobre trabajo de hogar no remunerado en el Sistema de Cuentas Nacionales*.
- Departamento Administrativo Nacional de Estadística (DANE). (2022). *Boletín técnico: Cuenta satélite de economía del cuidado (CSEC). Valoración económica del trabajo doméstico y de cuidado no remunerado (TDCNR) e indicadores de contexto*.
- Departamento Administrativo Nacional de Estadística (DANE). (2011–2024). *Informes semestrales sobre la Ley 1413 de 2010* (27 vols.).
- Enríquez, C. R. (2022). Economia do cuidado e desigualdade na América Latina: Avanços recentes e desafios pendentes. In C. D. Corral & C. Carrasco Bengoa (Eds.), *Economia feminista: Desafios, propostas e alianças*. Jandaíra.
- Departamento Administrativo Nacional de Estadística (DANE), & ONU Mujeres. (2020). *Tiempo de cuidados: Las cifras de la desigualdad*.
- Esquivel, V. (2011). La economía del cuidado en América Latina: Poniendo a los cuidados en el centro de la agenda. In Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (Ed.), *Atando cabos, deshaciendo nudos*.
- Federici, S. (2017). *O calibã e a bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Editora Elefante.



## ARTIGO

- Gómez, E. G. (2008). La valoración del trabajo no remunerado: Una estrategia clave para la política de igualdad de género. In Organización Panamericana de la Salud (Ed.), *La economía invisible y las desigualdades de género: La importancia de medir y valorar el trabajo no remunerado*.
- López, M. C. (2020). *La economía del cuidado: Un nuevo sector productivo*. Friedrich Ebert Stiftung.
- Marçal, K. (2022). *O lado invisível da economia: Uma visão feminista do capitalismo*. Alaúde.
- Menezes, M. A. de A. (2009). Do método do caso ao case: A trajetória de uma ferramenta pedagógica. *Educação e Pesquisa*, 35(1), 129–143.
- Montaño, C. L. (2020). La economía del cuidado: Un nuevo sector productivo. In *Visión de desarrollo productivo para Colombia: Economía y finanzas*. Friedrich Ebert Stiftung.
- ONU Mujeres. (2018). *Reconocer, redistribuir y reducir el trabajo de cuidados: Prácticas inspiradoras en América Latina y el Caribe*. ONU Mujeres.
- United Nations. (2019). *International classification of activities for time use statistics (ICATUS 2016)*. United Nations Statistics Division.
- Organización Internacional del Trabajo. (2019). *El trabajo de cuidados y los trabajadores del cuidado para un futuro con trabajo decente*.
- Périvier, H. (2023). *A economia feminista: Porque a ciência econômica precisa do feminismo e vice-versa*. Bazar do Tempo.
- Sampieri, R. H., Collado, C. F., & Lucio, M. del P. B. (2013). *Metodología de pesquisa* (5ª ed.). Penso.
- Secretaría Distrital de Integración Social. (2023). *Generalidades del Sistema Distrital de Cuidado y su contribución a los derechos humanos de las mujeres*.
- Sistema Estadístico Nacional. (2026). ¿Qué es el SEN? <https://www.sen.gov.co/conozca-el-sen/que-es-el-sen>.
- Schwenck, B. (2025). O campo da economia feminista no Brasil hoje. SOF - Sempreviva Organização Feminista.
- Teixeira, M. O., Olivera, M., & Vieira, C. M. (Eds.). (2023). *Economia feminista no Brasil: Contribuições para pensar uma nova sociedade*. Autonomia Literária.
- Vieira, C. M. (2023). A economia feminista e os dados: O que dizem e calam as estatísticas. In M. O. Teixeira, M. Olivera, & C. M. Vieira (Eds.), *Economia feminista no Brasil: Contribuições para pensar uma nova sociedade*. Autonomia Literária.